

## PRÁTICAS LINGUÍSTICO-DISCURSIVAS EM COMUNIDADES DE PRÁTICA INSTITUCIONAIS: CONTRIBUTOS DA SOCIOLINGUÍSTICA INTERACCIONAL EM PORTUGAL E MOÇAMBIQUE

## LINGUISTIC AND DISCURSIVE PRACTICES IN INSTITUTIONAL COMMUNITIES OF PRACTICE: CONTRIBUTIONS FROM INTERACTIONAL SOCIOLINGUISTICS IN PORTUGAL AND MOZAMBIQUE

## PRÁCTICAS LINGÜÍSTICO-DISCURSIVAS EN COMUNIDADES DE PRÁCTICA INSTITUCIONALES: APORTACIONES DE LA SOCIOLINGÜÍSTICA INTERACTIVA EN PORTUGAL Y MOZAMBIQUE

**Florinda Uaeca**<sup>1</sup>[ORCID 0000-0002-2001-3517]

**Patrícia Ferreira**<sup>2</sup>[ORCID 0000-0001-7112-2126]

<sup>1</sup>*Academia de Ciências Policiais, Moçambique, florindauaeca@gmail.com*

<sup>2</sup>*Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, inED, Portugal, patriciaferreira@ese.ipp.pt*

### Resumo

O presente estudo analisa as práticas linguístico-discursivas em comunidades de prática institucionais, destacando os contributos da Sociolinguística Interaccional para a compreensão dos processos de aprendizagem profissional e das suas implicações para a inovação pedagógica. O artigo tem como objectivo principal analisar o modo como as práticas linguístico-discursivas estruturam a participação, a negociação de significados e a construção de identidades profissionais em comunidades de prática institucionais, à luz da Sociolinguística Interaccional, explorando ainda as suas implicações para ambientes de ensino-aprendizagem, incluindo contextos de e-learning. A investigação adopta uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, baseada na revisão bibliográfica e na análise documental de estudos e publicações científicas relevantes sobre contextos institucionais em Portugal e Moçambique. Os resultados indicam que estratégias como a organização dos turnos de fala, a adaptação de registos linguísticos e a utilização contextualizada de jargões institucionais são determinantes para a participação efectiva e para a construção de significados partilhados. Conclui-se que a integração de princípios da Sociolinguística Interaccional na análise das práticas linguístico-discursivas contribui para compreender a participação em comunidades de prática institucionais e os processos de aprendizagem profissional, promovendo práticas pedagógicas mais reflexivas, inclusivas e eficazes, com particular relevância para a concepção de ambientes digitais de aprendizagem.

**Palavras-chave:** práticas linguístico-discursivas, sociolinguística interaccional, comunidades de prática, aprendizagem profissional, inovação pedagógica, contextos institucionais, e-learning.

## Abstract

This study analyses linguistic–discursive practices in institutional communities of practice, highlighting the contributions of Interactional Sociolinguistics to understanding professional learning processes and their implications for pedagogical innovation. This study aims to analyse how linguistic–discursive practices structure participation, the negotiation of meanings, and the construction of professional identities in institutional communities of practice, in the light of Interactional Sociolinguistics, while also exploring their implications for teaching and learning environments, including e-learning contexts. The research adopts a qualitative, exploratory, and descriptive approach, based on bibliographic review and document analysis of relevant scientific studies and publications on institutional contexts in Portugal and Mozambique. Results indicate that strategies such as turn-taking organisation, adaptation of linguistic registers, and the contextualised use of institutional jargon are decisive for effective participation and the construction of shared meanings. It is concluded that integrating principles of Interactional Sociolinguistics into the analysis of linguistic–discursive practices contributes to understanding participation in institutional communities of practice and professional learning processes, fostering more reflective, inclusive, and effective pedagogical practices, with particular relevance for the design of digital learning environments.

**Keywords:** linguistic–discursive practices, interactional sociolinguistics, communities of practice, professional learning, pedagogical innovation, institutional contexts, e-learning.

## Resumen

Este estudio analiza las prácticas lingüístico–discursivas en las comunidades de práctica institucionales, destacando las aportaciones de la sociolingüística interactiva a la comprensión de los procesos de aprendizaje profesional y sus implicaciones para la innovación pedagógica. El objetivo de este estudio es analizar cómo las prácticas lingüístico–discursivas estructuran la participación, la negociación de significados y la construcción de identidades profesionales en las comunidades de práctica institucionales, a la luz de la sociolingüística interactiva, explorando también sus implicaciones para los entornos de enseñanza–aprendizaje, incluidos los contextos de e-learning. La investigación adopta un enfoque cualitativo, exploratorio y descriptivo, basado en la revisión bibliográfica y el análisis documental de estudios científicos y publicaciones relevantes sobre contextos institucionales en Portugal y Mozambique. Los resultados indican que estrategias como la organización de la toma de la palabra, la adaptación de los registros lingüísticos y el uso contextualizado de la jerga institucional son decisivas para una participación efectiva y la construcción de significados compartidos. Se concluye que la integración de los principios de la sociolingüística interactiva en el análisis de las prácticas lingüístico–discursivas contribuye a comprender la participación en las comunidades de práctica institucionales y los procesos de aprendizaje profesional, fomentando prácticas pedagógicas más reflexivas, inclusivas y efectivas, con especial relevancia para el diseño de entornos digitales de aprendizaje.

**Palabras-clave:** prácticas lingüístico–discursivas, sociolingüística interactiva, comunidades de práctica, aprendizaje profesional, innovación pedagógica, contextos institucionales, e-learning.

## 1. INTRODUÇÃO

A linguagem constitui um elemento fundamental na organização das interacções sociais e profissionais. Em contextos institucionais, as práticas linguístico-discursivas desempenham um papel determinante na mediação das relações entre os participantes, na construção de significados e na negociação de identidades e posições institucionais. Compreender como a linguagem funciona nessas interacções é, portanto, essencial para analisar os processos de participação e aprendizagem profissional.

A Sociolinguística Interaccional, desenvolvida por John J. Gumperz (1982) e outros estudiosos da interacção, considera a linguagem como prática social situada, destacando a importância de factores como turnos de fala, pistas contextuais, registos linguísticos e estratégias discursivas na interpretação e organização da interacção. Essa abordagem permite analisar como a comunicação institucional reflecte e reproduz normas, relações de poder e valores, e como contribui para a construção de identidades profissionais.

Paralelamente, o conceito de comunidades de prática, formulado por Etienne Wenger (1998), evidencia que a aprendizagem ocorre através da participação em actividades colectivas, permitindo que os indivíduos desenvolvam competências, identidades profissionais e formas partilhadas de interpretar a realidade. Em contextos institucionais multilíngues, como em Moçambique e Portugal, a diversidade linguística e cultural influencia directamente essas interacções, tornando a mediação linguística um elemento estratégico para a inclusão e a eficácia comunicativa (Ferreira, 2024; Uaeca e Timbane, 2018; Lopes, 2018; Vicente e Timbane, 2020).

Estas dinâmicas não se limitam a contextos de interacção presencial. A crescente expansão de ambientes de ensino-aprendizagem mediados por tecnologia, designadamente plataformas de e-learning e ambientes virtuais de formação profissional, introduz novos desafios e oportunidades para as práticas linguístico-discursivas institucionais. Neste sentido, compreender como a linguagem estrutura a participação, a negociação de significados e a construção de identidades em comunidades de prática constitui também uma contribuição relevante para a concepção de ambientes digitais de aprendizagem mais inclusivos e eficazes (Garrison & Vaughan, 2008; Wenger, White & Smith, 2009).

Apesar do crescente interesse em práticas linguístico-discursivas em contextos institucionais, são ainda escassos os trabalhos que analisem de forma sistemática como essas práticas se organizam e funcionam no interior de comunidades de prática institucionais, e de que modo contribuem para os processos de aprendizagem e construção de identidades profissionais, uma questão que se torna ainda mais pertinente quando se consideram contextos de formação e-learning.

Nesse quadro teórico, o presente estudo procura analisar as práticas linguístico-discursivas em comunidades de prática institucionais, evidenciando como a Sociolinguística Interaccional oferece ferramentas para compreender a organização da participação, a construção de significados, a negociação de identidades e a consolidação de relações de autoridade, respondendo à seguinte questão de partida:

Como se organizam e funcionam as práticas linguístico-discursivas em comunidades de prática institucionais, por forma a contribuir para a aprendizagem e construção da identidade

profissional, e que implicações decorrem para a inovação pedagógica e para ambientes de e-learning?

Ao relacionar a teoria e a prática, o estudo contribui para aprofundar o entendimento dos processos de aprendizagem profissional em contextos institucionais e reforça a relevância da linguagem como instrumento de acção social com potencial transformador na formação profissional presencial e à distância.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1. Sociolinguística Interaccional

A Sociolinguística Interaccional constitui um campo de estudo que analisa a linguagem em uso nas interações sociais, procurando compreender de que forma os participantes constroem e interpretam significados em contextos comunicativos específicos. Este paradigma foi desenvolvido sobretudo a partir dos trabalhos de John J. Gumperz, que enfatizou a importância das pistas de contextualização (contextualization cues) na interpretação das intenções comunicativas dos interlocutores (Gumperz, 1982).

Segundo Gumperz (1982), a comunicação não pode ser compreendida apenas a partir das estruturas linguísticas formais, mas deve ser analisada como um processo interpretativo situado, no qual os participantes mobilizam diferentes recursos linguísticos, prosódicos e pragmáticos para produzir e interpretar significados. Elementos como entoação, ritmo, escolha lexical, pausas ou mudanças de registo funcionam como sinais interpretativos que orientam os interlocutores na compreensão da interacção. Dessa forma, a linguagem é entendida como uma prática social que se desenvolve em contextos específicos e que reflecte as experiências socioculturais dos participantes (Wenger, 1998).

No desenvolvimento desta perspectiva, os estudos da Análise da Conversação, associados aos trabalhos de Harvey Sacks, Emanuel A. Schegloff & Gail Jefferson, contribuíram significativamente para a compreensão da organização estrutural da interacção verbal. Estes autores demonstraram que as conversas seguem princípios organizacionais relativamente sistemáticos, responsáveis por regular a distribuição dos turnos de fala e a coordenação das acções discursivas entre os participantes (Sacks, Schegloff & Jefferson, 1974). O modelo de organização dos turnos de fala por eles proposto evidencia que a interacção conversacional não ocorre de forma aleatória, mas obedece a mecanismos que permitem aos interlocutores gerir a participação, interpretar acções comunicativas e coordenar o desenvolvimento sequencial do discurso. A análise desses mecanismos torna possível compreender como os participantes constroem sentidos, negociam posições discursivas e estabelecem relações de colaboração ou autoridade no decorrer da interacção (Schegloff, 2007).

A Sociolinguística Interaccional integra essas contribuições ao considerar que as práticas discursivas são moldadas por variáveis sociais e culturais que influenciam o comportamento linguístico. Nesse sentido, factores como classe social, género, etnia, formação profissional ou contexto institucional podem afectar tanto a produção quanto a interpretação da linguagem nas interações sociais (Gumperz, 1982; Schegloff, 2007). Esta perspectiva é particularmente relevante num contexto em que as interações institucionais se desenvolvem crescentemente em ambientes digitais e plataformas de e-learning, onde as pistas de contextualização se

transformam, substituindo entoação e ritmo por recursos como assincronia, multimodalidade textual e variação na densidade comunicativa dos participantes.

Adicionalmente, esta perspectiva torna-se relevante em contextos sociolinguisticamente diversos, como o de Moçambique, onde o português, língua oficial, convive com numerosas línguas nacionais, como makhuwa, xichangana, tsonga e xitswa. Essa pluralidade linguística não se reduz a uma simples coexistência de códigos, mas reflecte dinâmicas históricas, culturais e políticas que influenciam as práticas discursivas nos diferentes espaços institucionais (Lopes, 2018; Vicente e Timbane, 2020).

Neste contexto, Lopes (2018) sublinha que a diversidade linguística e a variação de registos comunicativos devem ser consideradas na análise das interacções institucionais, uma vez que as interpretações inadequadas das práticas discursivas podem resultar do desconhecimento dos contextos socioculturais em que a linguagem é produzida. Da mesma forma, Vicente e Timbane (2020) destacam que a relação entre língua, cultura e poder desempenha um papel importante na organização da comunicação em contextos institucionais, particularmente em ambientes caracterizados por diversidade linguística.

Nesse quadro, a Sociolinguística Interaccional oferece ferramentas analíticas relevantes para compreender como a linguagem é utilizada e negociada nas práticas comunicativas institucionais (Gumperz, 1982). A análise das interacções permite observar como os participantes mobilizam diferentes repertórios linguísticos, adaptam estilos comunicativos e interpretam normas discursivas associadas a contextos específicos de actuação profissional.

Além da interacção oral, essa abordagem também reconhece a escrita como prática social situada. Conforme argumentam Uaeca e Timbane (2018), a escrita não deve ser entendida apenas como uma actividade escolar ou administrativa, mas como uma forma de comunicação social que permite aos participantes negociar significados, construir relações institucionais e participar activamente nas práticas discursivas das instituições. Esta dimensão ganha especial relevância nos ambientes digitais de aprendizagem, onde a escrita constitui frequentemente o principal canal de interacção entre formadores e formandos, exigindo o desenvolvimento de competências discursivas específicas para a comunicação eficaz em plataformas de e-learning.

Dessa forma, a Sociolinguística Interaccional possibilita compreender como as práticas linguístico-discursivas participam na organização da interacção, na construção de identidades institucionais e na configuração de relações de autoridade e poder. A análise dessas dinâmicas torna-se particularmente relevante para o estudo das instituições, onde a linguagem desempenha um papel fundamental na coordenação das actividades profissionais e na negociação de significados entre os participantes. A compreensão da linguagem como prática social situada conduz, assim, à análise das comunidades de prática institucionais, tema desenvolvido na secção seguinte.

## 2.2. Comunidades de Prática em Contextos Institucionais

O conceito de comunidades de prática refere-se a grupos de indivíduos que partilham interesses, actividades ou profissões e que desenvolvem conhecimento através da participação em práticas sociais comuns. Conforme proposto por Etienne Wenger (1998), a aprendizagem ocorre no interior dessas comunidades por meio da participação activa dos seus membros, que constroem

significados, desenvolvem competências e consolidam identidades profissionais no contexto das interacções sociais.

Segundo Wenger (1998), as comunidades de prática estruturam-se em torno de três dimensões fundamentais: domínio, comunidade e prática. O domínio corresponde ao campo de interesse ou conhecimento que une os participantes; a comunidade refere-se às relações estabelecidas entre os membros, caracterizadas pela interacção regular e pelo sentimento de pertença; e a prática diz respeito ao conjunto de recursos partilhados, experiências acumuladas e conhecimentos construídos colectivamente no decurso das actividades do grupo.

Em contextos institucionais como educação, saúde ou segurança, as comunidades de prática constituem espaços privilegiados para a aprendizagem situada, na medida em que os indivíduos desenvolvem competências profissionais através da participação nas actividades e interacções próprias desses ambientes. Nesse processo, a aprendizagem não ocorre apenas pela transmissão formal de conhecimentos, mas também pela observação, pela colaboração e pela participação progressiva nas práticas sociais que caracterizam a instituição.

A este propósito, importa distinguir entre participação periférica legítima, uma fase inicial em que o aprendente participa nas práticas da comunidade de forma mais marginal, e participação plena, resultado de um processo gradual de integração e domínio das normas, linguagens e valores institucionais (Lave & Wenger, 1991). Esta progressão constitui o cerne do processo de aprendizagem profissional situada e representa uma base conceptual relevante para a compreensão do desenvolvimento de competências em ambientes de formação, incluindo os digitais.

Estudos recentes, como o de Ferreira (2024), destacam que as comunidades de prática desempenham igualmente um papel relevante na promoção da inclusão e na valorização das identidades socioculturais dos participantes. Ao reconhecer a diversidade de experiências e de repertórios culturais presentes nas instituições, essas comunidades contribuem para a construção de ambientes mais participativos e para o fortalecimento da cidadania.

A relevância das comunidades de prática torna-se particularmente evidente quando se consideram contextos institucionais caracterizados por diversidade sociocultural e linguística. Nesses contextos, os participantes mobilizam repertórios linguísticos e culturais provenientes das suas comunidades de origem, integrando-os nas práticas institucionais. Estudos como o de Uaeca e Timbane (2018) demonstram que esses repertórios influenciam as formas de participação e de construção de significados no espaço institucional, evidenciando que a aprendizagem ocorre através da negociação contínua entre experiências individuais e normas institucionais.

Em contextos plurilingues, como os de Moçambique e Portugal, estas dinâmicas tornam-se particularmente evidentes. No caso português, a língua portuguesa convive com variedades regionais que reflectem identidades socioculturais distintas e que podem influenciar a produção e a interpretação das práticas discursivas institucionais (Mateus et al., 2003; Auer & Schmidt, 2010). Em Moçambique, a realidade linguística apresenta uma complexidade ainda maior, caracterizada pela coexistência do português, língua oficial, com numerosas línguas nacionais como makhuwa, xichangana e tsonga, pluralidade que envolve dimensões históricas, culturais e políticas com impacto directo nas interacções institucionais (Lopes, 2013).

Neste contexto, a mediação sociolinguística assume um papel fundamental, envolvendo práticas como a adaptação de registos linguísticos, a clarificação de jargões institucionais e o reconhecimento das normas comunicativas que emergem de contextos socioculturais distintos. Ao promover a inclusão comunicativa e a valorização da diversidade, essa mediação contribui para o fortalecimento das comunidades de prática e para o desenvolvimento de competências profissionais mais reflexivas e colaborativas (Ferreira, 2024; Uaeca e Timbane, 2018).

No contexto específico do e-learning e da formação profissional à distância, o conceito de comunidades de prática tem sido crescentemente mobilizado para compreender como os participantes desenvolvem identidades e saberes profissionais em ambientes virtuais. Wenger, White e Smith (2009) argumentam que as tecnologias digitais podem, quando bem integradas, potenciar a coesão das comunidades de prática, facilitando a partilha de recursos, a colaboração assíncrona e a manutenção de um sentido de pertença. Contudo, sublinham igualmente os riscos de fragmentação da participação e de perda das pistas contextuais ricas que caracterizam a interacção presencial, desafios que constituem um campo de investigação em aberto na intersecção entre a Sociolinguística Interaccional e a pedagogia digital.

Assim, compreender a diversidade linguística como um recurso e não como um obstáculo permite reconhecer que as práticas comunicativas são moldadas por contextos socioculturais específicos e que a participação nas comunidades institucionais depende, em grande medida, da capacidade de gerir essa diversidade. A secção seguinte aprofunda a articulação entre linguagem, identidade e acção social neste enquadramento.

### 2.3. Linguagem, Identidade e Acção Social

A linguagem utilizada pelos grupos profissionais ou institucionais constitui um reflexo das relações sociais e culturais nas quais esses grupos estão inseridos. O discurso produzido em contextos institucionais não é neutro: é moldado por relações de poder, pela hierarquia social e pelos papéis desempenhados pelos interlocutores nas interacções (Schegloff, 2007). Assim, a forma como os indivíduos produzem e interpretam o discurso está directamente relacionada com as normas discursivas que regulam a comunicação nas instituições e com os posicionamentos sociais assumidos pelos participantes no processo interaccional.

Entre os diferentes contextos institucionais em que as práticas linguístico-discursivas assumem particular relevância, destacam-se aqueles ligados às actividades administrativas, jurídicas e profissionais, nos quais a linguagem tende a adquirir um carácter técnico e especializado. Nestes contextos, o domínio de determinados repertórios linguísticos torna-se fundamental para que os profissionais possam interpretar normas, produzir documentos institucionais e participar adequadamente nas interacções que estruturam a prática profissional. Como referem Oliveira e Santos (2021), o domínio e a compreensão dessas formas discursivas são essenciais para a actuação adequada dos profissionais, por exemplo em actividades de ensino, na condução de interrogatórios ou na participação em procedimentos institucionais.

O discurso jurídico e administrativo caracteriza-se, de modo geral, por um elevado grau de formalidade, precisão terminológica e densidade conceptual. Por essa razão, os profissionais que actuam nesses contextos necessitam não apenas de conhecer as normas institucionais que orientam a sua actividade, mas também de desenvolver competências discursivas que lhes permitam adaptar a comunicação a diferentes interlocutores e situações comunicativas (Fairclough, 1995). Tal capacidade torna-se particularmente relevante em sociedades marcadas pela diversidade linguística e sociocultural, nas quais a comunicação institucional exige frequentemente estratégias de mediação linguística para tornar compreensíveis conteúdos técnicos ou jurídicos a públicos não especializados.

Numa perspectiva crítica, importa reconhecer que a aprendizagem da linguagem institucional não se limita à aquisição de vocabulário técnico, mas envolve a apropriação de práticas discursivas específicas que estruturam a comunicação profissional. Isso implica aprender a participar em interacções próprias do campo institucional, como a redacção de documentos formais, a interpretação de textos legais ou a participação em interacções reguladas por normas organizacionais. Estas práticas exigem, aos profissionais, competências específicas de produção e interpretação textual, bem como a capacidade de gerir a comunicação oral em contextos formais e altamente regulamentados (Oliveira & Santos, 2021; Lave & Wenger, 1991).

O discurso institucional pode também funcionar como mecanismo de produção e manutenção de relações de poder. Como observa Timbane (2013), o domínio do saber jurídico ou técnico cria frequentemente uma forma de monopólio de poder, na medida em que apenas aqueles que detêm esse conhecimento conseguem participar plenamente nas interacções que envolvem questões institucionais. Consequentemente, os cidadãos ou participantes menos familiarizados com esses repertórios discursivos podem sentir-se excluídos dessas interacções, mesmo quando elas dizem respeito directamente aos seus direitos ou interesses. A produção de documentos institucionais, como autos formais, relatórios ou justificações legais, evidencia o uso estratégico da linguagem para legitimar acções institucionais e enquadrar juridicamente determinados acontecimentos (Coutinho de Abreu, Soveral Martins & Pereira Dias, 2023).

Esta reflexão sobre linguagem, identidade e acção social articula-se directamente com as práticas pedagógicas. Fairclough (1995) argumenta que a capacidade crítica de análise do discurso deve ser desenvolvida no contexto educativo, permitindo que os aprendentes compreendam não apenas as formas da linguagem, mas também as relações de poder que as estruturam. Esta perspectiva tem implicações concretas para a concepção de práticas pedagógicas, nomeadamente em ambientes de e-learning, onde a participação discursiva dos estudantes deve ser intencionalmente orientada para o desenvolvimento de literacias institucionais e profissionais.

A compreensão da linguagem como prática social permite, portanto, analisar de que modo as interacções institucionais contribuem para a construção de identidades profissionais e para a circulação de conhecimentos no interior das comunidades institucionais. É precisamente nesse contexto que as práticas linguístico-discursivas assumem um papel preponderante na participação dos membros e na construção de saberes partilhados, tema aprofundado na secção seguinte.

## 2.4. Práticas Linguístico-Discursivas e Aprendizagem Profissional

As práticas linguístico-discursivas constituem um elemento central na organização das interações em comunidades de prática institucionais e funcionam como instrumentos fundamentais para a negociação de significados, a construção de identidades profissionais e a regulação da participação social. A partir da perspectiva da Sociolinguística Interaccional, a linguagem é entendida não apenas como um meio de transmissão de informação, mas como uma forma de acção social situada, por meio da qual os participantes interpretam contextos, constroem relações e produzem significados partilhados (Gumperz, 1982; Schegloff, 2007; Sacks, Schegloff & Jefferson, 1974).

Nesse enquadramento, cada interacção linguística envolve processos interpretativos complexos, nos quais os interlocutores mobilizam recursos discursivos, pistas de contextualização e estratégias comunicativas para coordenar a interacção e orientar a compreensão mútua. As práticas discursivas desempenham, assim, um papel estruturante na organização das actividades institucionais e influenciam tanto a forma como os participantes comunicam quanto as relações sociais que emergem no interior dessas interacções.

A análise das práticas linguístico-discursivas permite compreender de que forma os membros das comunidades de prática participam activamente nas interacções institucionais, negociando papéis e responsabilidades; constroem e consolidam identidades profissionais em diálogo com normas institucionais e repertórios culturais prévios; desenvolvem competências comunicativas essenciais para o exercício das actividades profissionais; e negociam significados, gerindo potenciais conflitos decorrentes de diferenças linguísticas, culturais ou institucionais (Wenger, 1998; Gumperz, 1982).

Esta abordagem torna-se fundamental em contextos sociolinguisticamente diversos, como o de Moçambique, onde o português, enquanto língua oficial e língua de ensino, convive com um vasto conjunto de línguas nacionais de origem bantu. Nesse cenário, a maioria dos alunos inicia o percurso escolar utilizando como primeira língua uma das línguas locais, passando a aprender o português principalmente no contexto escolar (Lopes, 2013). Tal situação faz com que o português funcione, para muitos alunos, como uma língua segunda, cuja aprendizagem ocorre predominantemente em ambientes institucionais.

Esta realidade sociolinguística gera desafios específicos para as práticas linguístico-discursivas no contexto educativo. Em muitas situações, o insucesso escolar tem sido associado a políticas linguísticas que privilegiam exclusivamente a norma padrão do português, desconsiderando a diversidade linguística dos alunos e as formas híbridas de comunicação que emergem nas interacções escolares. A partir de uma perspectiva sociolinguística, torna-se evidente que essas práticas comunicativas reflectem processos de negociação da identidade e de adaptação linguística que ocorrem no interior das comunidades educativas.

Do ponto de vista discursivo, observam-se frequentemente fenómenos de interferência linguística, nos quais traços fonéticos, lexicais ou estruturais das línguas bantu se manifestam tanto na produção oral quanto na escrita dos alunos. Esses fenómenos podem funcionar como marcadores de identidade, revelando a origem sociocultural dos falantes. Contudo, quando interpretados unicamente como "erros linguísticos", sem consideração pelo seu contexto sociolinguístico, podem resultar em processos de estigmatização ou em avaliações injustas do desempenho académico dos alunos.

Outro aspecto relevante refere-se às práticas pedagógicas predominantes em muitos contextos educativos, onde o ensino tende a privilegiar actividades orais em detrimento do ensino sistemático da escrita. Como consequência, os alunos frequentemente desenvolvem produções textuais marcadas por traços de oralidade e por dificuldades na organização estrutural do discurso escrito, o que pode comprometer o desenvolvimento de competências académicas e profissionais.

Os contextos educativos contemporâneos enfrentam também os desafios associados às Tecnologias de Informação e Comunicação. A crescente utilização de redes sociais e plataformas digitais tem introduzido novas formas de escrita caracterizadas pela abreviatura de palavras, pela utilização de símbolos e pela simplificação das estruturas linguísticas. Estas práticas comunicativas podem gerar tensões entre a norma padrão exigida pelas instituições e as formas criativas de expressão utilizadas pelos jovens em ambientes digitais. Este fenómeno é particularmente relevante em ambientes de e-learning, onde a fronteira entre comunicação informal e discurso académico-profissional se torna frequentemente porosa, exigindo uma orientação pedagógica explícita sobre as normas discursivas esperadas nos diferentes contextos comunicativos digitais.

Como resposta a estas dificuldades, propostas pedagógicas inspiradas na Pedagogia de Género da Escola de Sydney, desenvolvida por investigadores como Jim R. Martin e Joan Rothery, têm sido defendidas como estratégias eficazes para apoiar alunos provenientes de contextos linguísticos diversos. Baseada na linguística sistémico-funcional, esta abordagem propõe um ensino explícito dos géneros textuais utilizados nas práticas académicas e profissionais (Martin & Rose, 2008). Ao oferecer orientação explícita sobre a organização e a função social dos géneros discursivos, a Pedagogia de Género procura reduzir desigualdades educativas e promover o acesso equitativo às formas de linguagem valorizadas pelas instituições académicas e profissionais. Esta abordagem revela-se igualmente pertinente na concepção de actividades de formação em ambientes digitais, onde a estruturação explícita dos géneros discursivos pode apoiar o desenvolvimento de competências comunicativas profissionais por parte de formandos com repertórios linguísticos diversificados.

Desta forma, a análise das práticas linguístico-discursivas revela-se fundamental para compreender como a linguagem participa nos processos de aprendizagem profissional, na construção de identidades institucionais e na organização das interações sociais – seja em contextos presenciais ou em ambientes de e-learning.

### 3. METODOLOGIA

O presente artigo configura-se como um artigo teórico de revisão narrativa da literatura (Gil, 2017), cujo objectivo é sistematizar e articular contributos conceptuais relevantes para a compreensão das práticas linguístico-discursivas em contextos institucionais, sem pretensão de realizar uma revisão sistemática exaustiva.

O artigo adopta uma abordagem qualitativa de natureza exploratória e descritiva (Creswell & Creswell, 2021), adequada ao estudo de fenómenos sociais complexos como as práticas

linguístico-discursivas em contextos institucionais, baseando-se em dois procedimentos metodológicos principais: revisão bibliográfica e análise documental.

A revisão bibliográfica permitiu identificar e sistematizar contributos teóricos relevantes no domínio da Sociolinguística Interaccional e das comunidades de prática, fornecendo o enquadramento conceptual necessário para a análise das interacções discursivas em contextos institucionais. A análise documental incidiu sobre obras científicas, artigos académicos e estudos empíricos que abordam práticas linguístico-discursivas em diferentes contextos institucionais, incluindo educação, administração pública e formação profissional. Esta análise teve como objectivo identificar padrões recorrentes de interacção, estratégias discursivas e formas de organização comunicativa presentes nas comunidades de prática.

Os critérios de selecção das fontes incluíram: (i) relevância temática para o objecto de estudo; (ii) reconhecimento académico das obras consultadas; e (iii) contributo teórico ou empírico para a compreensão das práticas linguístico-discursivas em contextos institucionais. A análise das fontes foi conduzida através de uma leitura interpretativa e temática, orientada pelos conceitos centrais da Sociolinguística Interaccional e da teoria das comunidades de prática, o que permitiu identificar categorias analíticas relacionadas com a organização da interacção, a construção de significados e o desenvolvimento de competências comunicativas no contexto das práticas profissionais.

Importa salientar que o estudo não inclui recolha de dados empíricos primários, como entrevistas ou gravações de interacções. A investigação concentrou-se exclusivamente na análise de fontes documentais, o que constitui simultaneamente uma opção metodológica e uma limitação reconhecida do estudo, que será retomada na secção de considerações finais.

#### 4. SÍNTESE E DISCUSSÃO DA LITERATURA

A análise das fontes documentais permitiu identificar um conjunto de estratégias linguístico-discursivas recorrentes que caracterizam as interacções em comunidades de prática institucionais. Estas estratégias desempenham um papel importante na organização da participação, na negociação de significados e na construção de identidades profissionais. Entre os principais padrões identificados destacam-se os seguintes:

##### i) Organização dos turnos de fala

A gestão dos turnos de fala constitui um mecanismo essencial de organização da interacção. De acordo com os estudos da Análise da Conversação, a distribuição dos turnos permite regular a participação dos interlocutores, evitar sobreposições excessivas e assegurar a continuidade da interacção (Sacks, Schegloff & Jefferson, 1974). Em contextos institucionais, a gestão dos turnos pode também reflectir relações hierárquicas e papéis profissionais, influenciando quem pode iniciar tópicos, solicitar esclarecimentos ou encerrar sequências discursivas. Esta assimetria na distribuição dos turnos constitui um indicador da distribuição do poder institucional e do grau de integração dos participantes na comunidade de prática.

## ii) Adaptação de registos linguísticos

Outro padrão recorrente refere-se à capacidade dos participantes de adaptar o registo linguístico ao contexto comunicativo. Em ambientes institucionais, os interlocutores alternam frequentemente entre registos mais formais e informais, ajustando o discurso às normas institucionais, ao tipo de actividade em curso e ao estatuto dos interlocutores. Esta adaptação constitui uma competência comunicativa relevante, pois permite gerir relações profissionais e garantir a eficácia da comunicação. A sua ausência ou uso inadequado tende a gerar mal-entendidos, situações de exclusão comunicativa ou avaliações negativas do desempenho profissional.

## iii) Utilização de jargões institucionais

A utilização de terminologia especializada ou jargões institucionais surge igualmente como um elemento característico das comunidades de prática. Esses recursos linguísticos funcionam como marcadores de pertença profissional, contribuindo para a consolidação da identidade colectiva dos membros da comunidade. Contudo, quando o uso desses termos não é acompanhado de estratégias de explicitação ou clarificação, pode gerar dificuldades de compreensão para os participantes menos experientes ou recém-integrados na comunidade, sendo este um aspecto com implicações directas para a integração de novos membros e para a inclusividade das práticas pedagógicas.

De forma geral, estes dados evidenciam que a linguagem desempenha um papel estruturante na organização da interacção institucional, influenciando tanto a participação dos indivíduos quanto os processos de aprendizagem profissional.

## 5. DISCUSSÃO

### 5.1. Articulação entre Sociolinguística Interaccional e Comunidades de Prática

A partir da revisão da literatura, é possível identificar como as práticas linguístico-discursivas actuam como mecanismos essenciais na organização das interacções em comunidades de prática institucionais. A análise evidencia que estratégias como a gestão dos turnos de fala, a adaptação de registos linguísticos e o uso de terminologia especializada não apenas coordenam actividades sociais e profissionais, mas também estruturam processos de aprendizagem e socialização profissional.

Um contributo teórico central deste estudo é a articulação entre a Sociolinguística Interaccional (Gumperz, 1982) e a teoria das comunidades de prática (Wenger, 1998). Enquanto a primeira permite compreender como a linguagem funciona na interacção e na interpretação de pistas contextuais, a segunda explica onde e para que fins essas interacções ocorrem, oferecendo um quadro mais integrado sobre a construção de identidades e competências profissionais. Na literatura, estas abordagens são frequentemente mobilizadas de forma independente, pois enquanto que a Sociolinguística Interaccional privilegia o nível micro da interacção situacional, a teoria das comunidades de prática opera a um nível mais macro, focando-se nos processos de socialização e pertença institucional. A sua articulação permite, contudo, superar esta dicotomia:

as estratégias discursivas identificadas ao nível da interação (turnos de fala, adaptação de registos, uso de jargões) emergem, neste quadro integrado, como mecanismos concretos através dos quais a aprendizagem e a construção identitária ocorrem no interior das comunidades de prática. Esta integração constitui o principal contributo conceptual original do presente artigo.

## 5.2. Diversidade Linguística e Socialização Profissional

A aplicação destas perspectivas ao contexto plurilíngue moçambicano constitui um segundo eixo de contribuição do estudo. Contextos plurilíngues como o de Moçambique evidenciam como a diversidade linguística influencia a socialização profissional e o desenvolvimento de competências, sendo que fenómenos análogos podem ser observados em instituições portuguesas, onde a variação de registos e dialectos também molda práticas comunicativas. Ao considerar estas realidades, o estudo enriquece os modelos teóricos existentes, ao mostrar como a diversidade linguística não constitui um obstáculo, mas um recurso, e como a sua gestão através da mediação sociolinguística se revela determinante para a qualidade da participação e da aprendizagem nas comunidades de prática.

Esta perspectiva contrasta com abordagens que tendem a encarar a diversidade linguística como um défice a colmatar, em vez de um recurso a valorizar pedagogicamente. A literatura consultada sugere que as práticas institucionais mais eficazes são aquelas que reconhecem e mobilizam os repertórios linguísticos diversificados dos seus membros, promovendo formas de participação mais equitativas e inclusivas. Contudo, esta posição não é consensual na literatura: autores como Fairclough (1995) alertam para o risco de romantizar a diversidade linguística sem abordar as desigualdades estruturais que determinam quais as variedades linguísticas valorizadas nos contextos institucionais. Esta tensão constitui um campo de reflexão crítica que o presente artigo não resolve, mas que importa reconhecer e aprofundar em investigações futuras.

## 5.3. Implicações para a Inovação Pedagógica e o E-Learning

Um terceiro eixo de discussão prende-se com as implicações dos resultados para a inovação pedagógica e, em particular, para a concepção de ambientes de e-learning em contextos de formação profissional. A análise realizada sugere que as competências linguístico-discursivas identificadas, nomeadamente a gestão dos turnos de fala, adaptação de registos, uso contextualizado de jargões, não surgem de forma espontânea, mas resultam de processos deliberados de aprendizagem e socialização profissional que a prática pedagógica pode e deve apoiar.

No que respeita especificamente aos ambientes de e-learning, a literatura aponta para a necessidade de repensar as pistas de contextualização que, em interações presenciais, são transmitidas através de canais prosódicos e cinésicos, e que nos ambientes digitais devem ser substituídas por estratégias discursivas alternativas como o uso intencional de marcadores de registo, a estruturação explícita dos géneros textuais e a orientação dos participantes sobre as normas comunicativas esperadas na plataforma (Wenger, White & Smith, 2009). Neste sentido, a Pedagogia de Género, com o seu enfoque no ensino explícito das estruturas discursivas,

apresenta-se como um referencial pedagógico especialmente pertinente para a concepção de actividades de formação à distância destinadas a profissionais com repertórios linguísticos diversificados.

A formação de agentes de segurança e outros profissionais em contextos plurilíngues constitui um campo de aplicação especialmente relevante. A capacidade de gerir a diversidade linguística não é apenas uma competência comunicativa, mas uma competência profissional essencial, com implicações directas para a eficácia e a equidade do exercício profissional. Esta constatação implica que os currículos de formação profissional, quer presencial, quer à distância, devem incorporar, de forma sistemática, reflexões sobre práticas linguístico-discursivas e estratégias de mediação sociolinguística, entendidas como dimensões constitutivas do desenvolvimento profissional e não como meros requisitos instrumentais de comunicação.

Apesar destes contributos, o presente estudo é baseado exclusivamente em literatura, carecendo de dados empíricos primários. Esta limitação impede a formulação de conclusões definitivas sobre as práticas reais nas instituições, reforçando a necessidade de investigações futuras que analisem interacções autênticas, incluindo em ambientes de e-learning, para permitir a validação e o aprofundamento dos contributos teóricos aqui apresentados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou analisar as práticas linguístico-discursivas em comunidades de prática institucionais, mobilizando como quadro de referência a articulação entre a Sociolinguística Interaccional e a teoria das comunidades de prática. A análise da literatura demonstrou que estratégias como a gestão dos turnos de fala, a adaptação de registos linguísticos e a utilização contextualizada de terminologia especializada estruturam a participação, facilitam a construção de significados partilhados e consolidam identidades profissionais, respondendo assim à questão de partida do estudo.

O contributo teórico central reside precisamente na articulação dessas duas abordagens, habitualmente tratadas de forma independente na literatura. Esta integração permite compreender não apenas como a linguagem opera nas interacções, mas também onde e para que fins essas interacções estruturam a aprendizagem e a socialização profissional. Ao considerar contextos plurilíngues como o moçambicano e instituições portuguesas, o artigo evidencia ainda o papel da diversidade linguística na modelagem das práticas institucionais e no desenvolvimento de competências comunicativas.

Do ponto de vista da inovação pedagógica, o estudo aponta para implicações concretas que merecem desenvolvimento em investigações futuras. Em primeiro lugar, a formação profissional deve incorporar reflexões sistemáticas sobre práticas linguístico-discursivas, reconhecendo as competências de mediação sociolinguística como dimensões constitutivas do desenvolvimento profissional. Em segundo lugar, a concepção de ambientes de e-learning em contextos de diversidade linguística e cultural deve atender às especificidades das pistas de contextualização em ambientes digitais, promovendo formas de participação equitativas e explicitando as normas comunicativas esperadas nos diferentes géneros discursivos da plataforma. Em terceiro lugar, a Pedagogia de Género emerge como um referencial promissor para apoiar o desenvolvimento de competências discursivas profissionais em aprendentes com

repertórios linguísticos diversificados, tanto em contextos presenciais como em ambientes digitais de aprendizagem.

Reconhece-se que o estudo se baseou exclusivamente em literatura, o que constitui uma limitação para a generalização dos resultados à prática real das instituições. Pesquisas futuras poderão aprofundar esta temática por meio da análise directa de interações institucionais autênticas em contextos presenciais e em ambientes de e-learning, utilizando métodos como observação participante, entrevistas, análise de gravações e análise de interacções em plataformas digitais, de modo a validar e expandir os contributos teóricos aqui apresentados.

Em síntese, o artigo contribui para o avanço do conhecimento teórico e prático sobre comunidades de prática institucionais, destacando a relevância da diversidade linguística como recurso central para a aprendizagem e a construção da identidade profissional, e reforça a pertinência da articulação entre teoria e prática na investigação em contextos institucionais plurilíngues, com implicações directas para a inovação pedagógica e para a concepção de ambientes de e-learning.

## REFERÊNCIAS

- Auer, P., & Schmidt, J. E. (2010). *Language and space: An international handbook of linguistic variation*. Berlin, Germany: De Gruyter.
- Coutinho de Abreu, J. M., Soveral Martins, A. de, & Pereira Dias, R. (2023). *Dever de diligência das empresas e responsabilidade empresarial*. Coimbra, Portugal: Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. ISBN 978-989-9075-32-0.
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2021). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos* (5. ed.). Porto Alegre, RS: Penso.
- Fairclough, N. (1995). *Critical discourse analysis: The critical study of language*. Harlow, UK: Longman.
- Ferreira, A. P. M. (2024). Citizenship and identity: From inclusion in the school context to valorization of the communities of practice. *The International Journal of Learner Diversity and Identities*, 25(1), 1-19.
- Garrison, D. R., & Vaughan, N. D. (2008). *Blended learning in higher education: Framework, principles, and guidelines*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Gil, A. C. (2017). *Como elaborar projetos de pesquisa* (6. ed.). São Paulo, SP: Atlas.
- Gumperz, J. J. (1982). *Discourse strategies*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Lave, J., & Wenger, E. (1991). *Situated learning: Legitimate peripheral participation*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Lopes, A. J. (2013). *A batalha das línguas: Perspectivas sobre linguística aplicada em Moçambique*. Luanda, Angola: Editora das Letras.
- Lopes, A. J. (2018). Globalização, diversidade cultural e lusofonias: circulação trans-espacial da fala portuguesa e sua relação com outras falas. *Comunicação e Sociedade*, 34, 23-40. [https://doi.org/10.17231/comsoc.34\(2018\).2933](https://doi.org/10.17231/comsoc.34(2018).2933)
- Martin, J. R., & Rose, D. (2008). *Genre relations: Mapping culture*. London, UK: Equinox.

- Martin, J. R., & Rothery, J. (1986). *Writing project report*. Sydney, Australia: University of Sydney.
- Mateus, M. H., Brito, A., Cruz Fernandes, A. L., Faria, R., & Andrade, J. (2003). *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, Portugal: Caminho.
- Nucci, M. (2014). *Law, language, and social order: Legal discourse in context*. New York, NY: Routledge.
- Oliveira, A. P. S., & Santos, L. A. O. (2021). "Tempo de aprender" o quê? O método fônico na proposta nacional de formação de professores. In J. Paprosqui, M. R. Migliore, & D. K. C. Alves (Orgs.), *As políticas públicas educacionais da última década e o impacto na organização curricular: da educação básica ao ensino superior* (pp. 153-167). Santa Maria, RS: Arco Editores.
- Oliveira Santos, L. A., & Soares de Oliveira, A. P. (2024). Métodos de alfabetização utilizados com crianças com deficiência intelectual: uma pesquisa bibliográfica. *Olhares & Trilhas*, 26(2), 1-21. <https://doi.org/10.14393/OT2024v26.n2.74394>
- Sacks, H., Schegloff, E. A., & Jefferson, G. (1974). A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. *Language*, 50(4), 696-735.
- Schegloff, E. A. (2007). *Sequence organization in interaction: A primer in conversation analysis*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Timbane, A. A. (2013). Analisando o discurso policial na abordagem de suspeitos na via pública: Estudo de caso. *Revista Brasileira de Ciências Policiais*, 4(1), 125-142.
- Uaeca, F., & Timbane, A. (2018). A problemática do ensino da escrita no ensino secundário: Da teoria à prática. *Revista de Educação e Linguagem*, 12(2), 45-63.
- Vicente, J. G., & Timbane, A. (2020). Debates sobre as relações do poder local, língua e cultura jurídica em Moçambique: Caminhos possíveis, mas controversos. *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*, 10(2), 115-133.
- Wenger, E. (1998). *Communities of practice: Learning, meaning, and identity*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Wenger, E., White, N., & Smith, J. D. (2009). *Digital habitats: Stewarding technology for communities*. Portland, OR: CPsquare.